



Assembleia Geral em Barueri mostra unidade e conta com a participação de famílias vigilantes



Assembleia geral para campanha salarial 2017 dos vigilantes de Barueri

No último sábado, 29/10, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri promoveu Assembleia Geral com os trabalhadores de segurança privada do município com o objetivo de discutir as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho e definir a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2017, que será apresentada ao sindicato patronal, Sesvesp.

Pauta de reivindicações aprovada

No ato, a pauta sugerida pelo sindicato, acertada após constantes diálogos com os trabalhadores, foi aprovada e só recebeu três novas inclusões que deverão ser consideradas

nas próximas negociações com o patronal:

1ª) Estabelecer que a Campanha Salarial é de interesse de todos os vigilantes, independente de serem sócios ou não do sindicato;

2ª) Garantir que nas próximas negociações coletivas seja garantida a concessão do INPC e da reposição salarial aos trabalhadores;

3ª) Em uma próxima assembleia, será sugerida a proposta da Federação convidar o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Carro-Forte, Guarda, Transporte de Valores, Escolta Armada do Estado de São Paulo (SindForte), cuja data base é no dia 1º de janeiro, para participar das negociações da CCT da segurança privada. O

objetivo é promover a unidade entre todos os vigilantes do estado.

Também foi votada a contribuição assistencial (Cláusula 58ª), que institui o pagamento de 1% da remuneração de todos os trabalhadores, que são abrangidos pela CCT.

De acordo com o presidente da entidade, Amaro Pereira, a mobilização conseguiu analisar e debater com êxito propostas de melhorias para um futuro melhor da categoria, mas o número de participantes ainda não atingiu a expectativa da diretoria.

“O encontro foi excelente e pudemos alinhar nossos interesses de forma conjunta. Destaco ainda a importância da participação de mulheres vigilantes com os seus filhos a fim de discutirem melhores perspectivas para esse público no setor. Entretanto, os trabalhadores precisam se envolver e participar ainda mais dos eventos a fim de mostrarem força total nas negociações, que começam agora”, destaca ele.



14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS VIGILANTES



#Nenhum direito a menos

CAMPANHA SALARIAL 2017

Dias 03 e 04 de novembro de 2016

Brasília/DF Hotel Nacional



Realização: Confederação Nacional dos Vigilantes

Filiado:



Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes

Mapa da violência bancária registra 244 ocorrências em Pernambuco neste ano

Foram registrados assaltos e explosões em todas as regiões do Estado, atingindo 37 municípios



Foram cinco sequestros de bancários e familiares no período - Arquivo/Contraf-CUT

Mais uma vez, criminosos realizaram uma investida violenta contra uma agência bancária de Pernambuco. Nesta quinta-feira (27), um tesoureiro do Banco do Brasil, do município de Bezerros, no Agreste do Estado, foi feito refém com explosivos colados ao corpo durante uma tentativa de assalto à agência do centro, sendo o segundo sequestro desta semana. O primeiro ocorreu na cidade de Iati, no Sertão do Estado, na agência do Banco do Brasil.

De acordo com levantamento do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, de 1º de janeiro a 27 de outubro de 2016, foram registradas 244 ações violentas em bancos. Com 12 assaltos, 5 sequestros, 27 explosões, 13 arrombamentos, 128 ataques aos terminais de autoatendimento instalados fora das agências, 18 ataques a agências dos Correios, 36 ações em casas lotéricas e 5 explosões de carros-fortes.

Os bancos mais atacados são Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal(CEF), Bradesco

e Santander. As ocorrências foram registradas em todas as regiões do Estado, atingindo 37 municípios.

Para o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, João Rufino, os ataques aos bancos espelham o crescimento geral da violência em todo Estado. “O governo de Pernambuco apenas maquia sua incompetência com ações paliativas, a exemplo das determinações do Procon para que os bancos estabeleçam prazos para reabertura das 38 agências danificadas, sem no entanto, oferecer a devida segurança para as empresas, tampouco para a população”, critica. Ele destaca ainda que as ações são articuladas nacionalmente e o poder bélico dos assaltantes supera a capacidade dos órgãos de segurança pública. “São metralhadoras Ponto 50 e dinamites, ambos controlados e de exclusivo uso das forças armadas”, adverte.

Fonte: Seeb Pernambuco

Ruralista acusado de assassinato de trabalhador rural volta ao banco dos réus



(Foto: Divulgação/Terra Sem Males)

Começou na manhã desta segunda-feira (31), na Segunda Vara Privativa do Tribunal do Júri de Curitiba, o júri popular que irá decidir se o ruralista e ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Marcos Menezes Prochet é culpado ou não no crime que morte em que o trabalhador rural sem terra Sebastião Camargo foi vítima.

Esta é a segunda vez que o ruralista é submetido a júri popular pelo mesmo caso. No primeiro, ocorrido em novembro de 2012, ele foi condenado a 15 anos e nove meses de prisão, no entanto, o julgamento acabou anulado pela Justiça. Outras três vezes, o fazendeiro conseguiu adiar a sessão, mas desta vez, o habeas corpus impetrado pela defesa foi negado pela Justiça.

Outros três acusados foram condenados por participação no crime. São eles Teissin Tina, ex-proprietário da fazenda Boa Sorte, onde o agricultor foi morto; Osnir Sanches, que foi condenado a 13 anos de prisão por homicídio qualificado e constituição de empresa de segurança privada, utilizada para recrutar jagunços e executar despejos ilegais, e Augusto Barbosa da Costa, como integrante da milícia privada.

O crime aconteceu em 7 de fevereiro de 1998, na cidade de Marilena, na região Noroeste do Paraná, quando uma milícia privada ligada a ruralistas despejou ilegalmente famílias acampadas na Fazenda Boa Sorte. A propriedade já havia sido declarada como improdutivo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Testemunhas afirmam que 30 pistoleiros encapuzados e vestidos com roupas pretas participaram da ação, que deixou além da morte de Sebastião, 17 pessoas feridas, inclusive crianças.

Em 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) responsabilizou o Estado Brasileiro pelo crime.

A sessão que iniciou às 8 horas é presidida pelo juiz substituto Thiago Flores Carvalho. Serão ouvidas 10 testemunhas, cinco de defesa e cinco de acusação. O Ministério Público é representado pelo promotor Lucas Cavini Leonardi. O julgamento não tem previsão de término.

Colaboração Terra Sem Males/TJPR

Fonte: massanews

Pressão social é única forma de parar a PEC da morte no Senado

Em audiência pública, Ana Júlia Ribeiro denunciou abusos que estão sendo cometidos contra o movimento dos estudantes secundaristas



No dia 13 de dezembro de 1968 foi baixado o Ato Institucional de número cinco, o AI-5, que dava poderes extraordinários ao Presidente da República, à época em plena ditadura militar, e suspendia diversas garantias constitucionais. Passados 48 anos, a mesma data pode representar o início do desmonte do Estado brasileiro com a aprovação, em segundo turno, da PEC 241, agora PEC 55/2016 pelo Senado. A semelhança entre as ações para dar cabo ao frágil sistema democrático no Brasil parte justamente de um governo ilegítimo, que se utilizou de um golpe parlamentar para implementar uma política de austeridade e cortes em investimentos sociais.

Para evitar os graves problemas que a medida poderá causar à classe trabalhadora e ao esfacelamento da saúde e educação pública, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidido pela senadora Fátima bezerra (PT/RN), realizou na manhã desta segunda-feira (31) audiência pública com

ênfase nas perdas que a educação pública deverá sofrer. Caso a medida seja aprovada, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 terá seu fim decretado imediatamente. Para o senador Lindbergh Faria, a pressão popular é a única forma de virar voto dentro do Senado, “tem que parar o país, pois essa PEC desmonta completamente o precário estado social brasileiro”, argumentou o parlamentar. Além dos senadores petistas, a audiência pública contou com a participação de entidades ligadas à área da educação e estudantes.

O senador apontou alternativas para combater a desigualdade que é o inverso do proposto pelo governo sem voto de Michel Temer (PMDB): aumento nos investimentos sociais. “No último período aumentamos de 13% para 17% o PIB em gastos sociais e é justamente aí que a PEC 241 ataca com o objetivo de destruir os avanços da última década”, explicou. Lindbergh ressaltou, ainda, que apesar da demonização da esquerda, entre os anos de 2006 e 2015 houve um

salto de 130% nos investimentos em educação, “foram várias políticas públicas de ampliação de Universidades Federais, Institutos Federais, e escolas técnicas. É justamente isso que eles querem pegar! E a pancada maior vai ser toda em cima da educação pública”, enfatizou.

A atividade faz parte de um ciclo de debates que vem sendo promovido no Senado para esclarecer os perigos que a PEC representa ao país. Dentre os principais, a morte da participação social nos rumos do desenvolvimento no país foi apontado como uma arma para acabar de vez com a democracia brasileira.

Movimento estudantil secundarista

Aqueles que votarem contra a educação sairão com suas mãos sujas por 20 anos! Com essa afirmação, a estudante paranaense Ana Júlia Ribeiro, de 16 anos, deixou o recado, mais uma vez, aos parlamentares que, sentados em seus gabinetes, aprovam e desaprovam leis que interferem na vida dos brasileiros. A adolescente que se tornou o rosto do movimento estudantil secundarista que ocupa mais de mil escolas pelo país, disse que qualquer alteração no ensino público precisa ser amplamente dialogada e debatida com a sociedade, com os estudantes e com os profissionais da área. “Tanto na minha

trajetória estudantil quanto ontem visitando as escolas ocupadas em Brasília, eu percebi a precariedade do ensino público, da infraestrutura das escolas, e como precisamos dar ênfase nisso para melhorar a educação”, observou.

A estudante veio a Brasília para denunciar agressões sofridas por movimentos contrários às ocupações nas escolas públicas, “infelizmente a repressão está sendo violenta”, alertou a secundarista. “Na calada da noite eles passam nas escolas tocando o hino nacional como se nós não respeitássemos o hino, usam táticas abusivas para falar de quem somos e não dos nossos ideais. Entendemos o direito que eles têm de serem contrário afinal ainda vivemos numa democracia e sabemos que é importante ter os dois lados”, lamentou. Ana Júlia destacou, ainda, que o movimento é contrário à qualquer atitude violenta e explica os principais motivos das ocupações: “estamos lá pacificamente, lutando por uma educação pública de qualidade e estamos conversando, esclarecendo e priorizando o diálogo aberto. E é por isso que nós vamos abominar essa violência contra os estudantes e a educação”.

Fonte: CUT

Relator da PEC dos Gastos no Senado apresenta parecer



O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016, que impõe limite aos gastos

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Colaboração Jacqueline Lucena
Diagramação: Anibal Bispo

públicos, apresentou seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na próxima semana está prevista a realização de uma audiência pública (08/11) e a votação na CCJ no dia seguinte (09/11).

Haverá pedido de vista coletiva desse parecer e a votação, conforme cronograma definido pelos líderes acontecerá à votação no dia 9 de novembro.

Em seu parecer, o relator não fez alterações em relação ao texto aprovado pela Câmara.

Fonte: Diap

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF